

Nova ferramenta, alojada na página do Senado na internet, permitirá cruzamento de informações e análises sobre a eficácia das políticas públicas e dos gastos estaduais

# Portal federativo vai ajudar no controle social

SE O CIDADÃO quiser conhecer e acompanhar informações sobre as finanças e os gastos com o funcionamento do seu estado, por exemplo, terá que vasculhar dois enormes relatórios que são enviados periodicamente ao governo federal. Embora as informações sejam públicas, dificilmente ele conseguirá identificá-las e analisá-las, a menos que seja um especialista no tema.

Com o Portal Dados Federativos, que será lançado amanhã, o Senado dará uma grande contribuição para a transparência desses dados. Construído de modo bastante amigável e intuitivo, o sistema reúne, em um mesmo local, dados que hoje estão dispersos em várias bases, como a da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Alojado na página do Senado e com chamada no menu principal, o portal permitirá análises históricas e comparativas dos dados. O internauta poderá verificar, por exemplo, de modo bem simplificado e com interface agradável, se determinado estado está cumprindo os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os gastos com pessoal e nas contratações de operações de crédito. “Há cerca de 250 consultas prontas e disponíveis no portal”, informa Daniella Guirelli, analista do Núcleo de Supervisão Técnica da Consultoria de Orçamentos.

Mas, além delas, o usuário poderá construir a própria consulta dentro do sistema, cruzando informações. Apenas para ilustrar, ele poderá cruzar dados do IBGE sobre população e sociedade com gastos nas áreas de educação e de saúde. Isso viabilizará, segundo Fernando Veiga, um dos consultores de Orçamento responsáveis pelo projeto, análises sobre a eficiência e a eficácia das políticas públicas e dos gastos estaduais. No futuro, acrescenta, outras bases de dados poderão ser incorporadas ao portal, como as informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Essa importante ferramenta para avaliar a situação das receitas e das despesas estaduais foi concebida a partir de demandas dos senadores, para auxiliá-los nas discussões sobre o endividamento dos estados, uniformização de alíquotas do principal imposto estadual, o ICMS, fim da guerra fiscal e outros assuntos relacionados ao pacto federativo e à reforma tributária. Os pedidos ao então presidente da Casa, José Sarney, acabaram resultando na proposta, formalizada pelo presidente Renan Calheiros, para a criação de um banco de dados socioeconômicos sobre os estados.

Não foi uma tarefa fácil. Durante seis meses, uma comissão de oito funcionários das Consultorias Legislativa e de Orçamentos e do Prodasen dedicou parte do seu tempo a construir o portal. O primeiro desafio, lembra o consultor de Orçamento, Orlando Neto, presidente da comissão, foi criar critérios de seleção que pudessem atender as

**Portal Dados Federativos**

Início | Dados Socioeconômicos | Finanças Estaduais | Contas Nacionais e Regionais | Legislação Relacionada

O Portal reúne dados e informações de abrangência nacional e estadual que constituam interesse da Federação. Os dados e informações contemplam a legislação vigente, as relações financeiras entre os estados e a União e as características socioeconômicas gerais da sociedade e do governo em cada "unidade territorial". A denominação "unidade territorial" designa, por convenção adotada neste Portal, o país, a União, o Distrito Federal e qualquer região ou estado. As origens dos dados e das informações divulgadas são múltiplas. Incluem órgãos e entidades da administração pública, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos ministérios e do próprio Congresso Nacional, tanto quanto entidades privadas, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Dados Socioeconômicos**  
Dados socioeconômicos por unidade da Federação: sexo, educação, trabalho e renda, fecundidade, idade, migração, domicílios, anos de estudo e cor ou raça.

**Finanças Estaduais**  
Dados e informações gerais a respeito da receita e da despesa, operações de crédito e dívida consolidada líquida, receita corrente líquida e despesas com pessoal e encargos sociais.

**Contas Nacionais e Regionais**  
Contempla três atividades - agropecuária, indústria e serviços e nove subatividades, a exemplo da construção civil, da indústria de transformação e da extração.

**Legislação Relacionada**  
Trata-se de seleção de normas diretamente relacionadas à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil como o conjunto formado pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A legislação abrange temas de vários ramos do Direito, como finanças públicas, administração, atividade econômica e marcos regulatórios (formato do arquivo para download: planilha).

necessidades dos parlamentares e de usuários potenciais, como instituições de ensino, entidades de pesquisa, mídia e cidadãos interessados nesse controle social.

O passo seguinte foi detectar em que bases estariam essas informações e criar ferramentas úteis e amigáveis para o manuseio desses dados, usando a mesma plataforma do Siga Brasil, com uma arquitetura de página simplificada, pouca intrusão visual e ícones autoexplicativos. Há, inclusive, um guia rápido para orientar a navegação nas diversas consultas do portal. A maior dificuldade foi a homologação dos dados. “Foi feita quase uma auditoria para checagem de dados e correção. Estipulou-se uma codificação à semelhança do que existe para a área orçamentária”, lembra Veiga.

Esse trabalho foi fundamental para definir a série histórica utilizada. Portanto, o usuário não deverá estranhar que as informações do IBGE estejam disponíveis a partir de 2001, enquanto as dos dois relatórios da STN (o que resume a execução orçamentária dos estados, chamado pelos especialistas de RREO, e o que apresenta o demonstrativo da despesa com pessoal, o RGF) se iniciam somente a partir de 2007.

Além da avaliação criteriosa dos dados e da incorporação de novas bases, outra meta do portal é possibilitar cada vez mais a interligação das informações, conforme o consultor legislativo Paulo Springer, que também integra a comissão. “O objetivo é poder verificar se o gasto da saúde está sendo eficaz para reduzir a mortalidade infantil”, exemplifica.

## Aprenda a navegar na base de dados, que possibilita acesso às finanças dos estados

Com acesso fácil, o internauta poderá encontrar a evolução, desde 2007, do que foi previsto e efetivamente arrecadado de ICMS em cada uma das cinco regiões do país e em cada um dos 26 estados da Federação, além do Distrito Federal. Basta clicar em “Finanças Estaduais”, uma das quatro seções destacadas no Portal Dados Federativos. Em seguida, localizar em “Receita Orçamentária” — um dos cinco itens do menu — o link “Receitas Tributárias”.

O internauta encontrará sete opções de consulta, duas delas específicas sobre o ICMS, uma com os dados agrupados por região e outra por unidade da Federação. O próximo passo é selecionar a informação desejada. Por exemplo, o que se quer saber é a evolução do ICMS em São Paulo (estado que mais arrecada), localizado na segunda tela da consulta. Considerado o segundo maior orçamento do país, só atrás da União, São Paulo arrecadou R\$ 61,5 bilhões em 2007, saltando para R\$ 105,2 bilhões no ano passado. Esses dados estarão alinhados em uma única tela.

Se ainda assim encontrar dificuldade para navegar, o internauta poderá acessar o link “Guia Rápido” no topo da consulta. O guia apresenta explicações para auxiliar o usuário até para trocar as telas. Ele também terá de duas a três opções oferecidas na parte de baixo da página. No caso

do ICMS, pode-se escolher entre a aba com os dados da receita corrente líquida prevista e a que apresenta os valores que foram efetivamente arrecadados.

Esse é apenas um exemplo de como é simples acessar as consultas prontas disponíveis no portal. O público poderá localizar de modo facilitado muitas informações obtidas das bases de dados da STN e do IBGE. Em algumas dessas consultas, há inclusive marcação colorida para facilitar a visualização dos estados que não estão cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além desses dados, há uma seção específica para auxiliar os internautas a localizar leis e decretos. Na seção “Legislação Relacionada”, o usuário encontrará links para acessar diretamente algumas das principais normas legais que tratam de assuntos federativos. O portal oferece também dados cuja fonte de informação é o próprio Senado. É o caso dos empréstimos externos às unidades da Federação que são analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

### Saiba mais

**Portal Dados Federativos**  
<http://www12.senado.gov.br/federativo>

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)